

Ingenium	Periodicidade: Bimestral
19-04-2021	Classe: Construção/Imobiliário
	Âmbito: Nacional
	Página(s): 1,56,57,58,59,60,61

ENTREVISTA

António Saraiva

Presidente da CIP

*“Portugal
precisa de uma
base industrial
renovada,
mais forte
e resiliente”*



Ingenium	Periodicidade: Bimestral
19-04-2021	Classe: Construção/Imobiliário
	Âmbito: Nacional
	Página(s): 1,56,57,58,59,60,61



<p>Ingenium</p> <p>19-04-2021</p>	<p>Periodicidade: Bimestral</p> <p>Classe: Construção/Imobiliário</p> <p>Âmbito: Nacional</p> <p>Página(s): 1,56,57,58,59,60,61</p>
--	---

TEMA DE CAPA REINDUSTRIALIZAÇÃO | DESIGNIO NACIONAL ENTREVISTA

“Portugal precisa de uma base industrial renovada, mais forte e resiliente”

António Manuel Frade Saraiva é, desde 2010, o Presidente da CIP – Confederação Empresarial de Portugal. Desempenha ainda os cargos de Vice-presidente da Business Europe e de Vice-presidente do Conselho Económico e Social. Especialista em Corporate Diplomacy, dedicou mais de 40 anos da sua carreira ao Associativismo. Iniciou a vida profissional aos 17 anos, como operário metalúrgico na Lisnave. Enquanto trabalhava, concluiu o Curso da Escola Industrial e, mais tarde, ingressou no Instituto Superior Técnico cuja licenciatura, todavia, não concluiu. Foi Diretor Comercial na Metalúrgica Luso-Alemã e Presidente do Conselho de Administração da Metalúrgica Luso-Italiana, SA.

Exerce, atualmente, funções de Presidente do Conselho de Administração do Taguspark. É Membro dos Conselhos de Administração da FUTURE COMPTIA e do Instituto do Emprego e Formação Profissional, Vogal do Conselho Estratégico da SOPID – Sociedade para o Financiamento do Desenvolvimento, IFIC, SA, e Administrador Não Executivo do Conselho de Administração da Global Media.

A nível académico, destaca-se a sua atividade enquanto Membro do Conselho de Escola do ISCSP, Membro do Conselho de Curadores do ISCTE, Membro do Conselho Consultivo da Católica Porto Business School e Membro do Conselho Geral Estratégico da ULHT. Leciona Corporate Diplomacy, no ISCSP, e Desenvolvimento Económico, na Coimbra Business School.

Foi galardoado com a Comenda da Ordem do Infante.

No seu último mandato enquanto Presidente da maior e mais representativa estrutura associativa empresarial portuguesa, António Saraiva defende que a grande prioridade da estratégia de recuperação da economia portuguesa deve assentar no reforço do capital das empresas. O “Patrão dos Patrões” acredita que a reindustrialização de Portugal precisa, para se concretizar, de mercados externos abertos e dinâmicos, onde as empresas nacionais possam demonstrar as suas vantagens competitivas. Para que tal aconteça, novos equilíbrios serão necessários de modo a conciliar a sustentabilidade ambiental e a competitividade empresarial.

No Plano Extraordinário de Suporte à Economia Portuguesa, entregue ao Governo e ao Presidente da República, a CIP defende a alocação de 20 mil milhões de euros de modo a garantir a manutenção dos postos de trabalho e criar os mecanismos para que as empresas possam retomar a atividade. Estamos a falar de cerca de 10% do PIB. Como pode o Executivo financiar tamanho montante?

O valor de 20 mil milhões de euros corresponde à estimativa do que seria necessário para suportar a principal medida apresentada pela CIP, em abril [de 2020], no Plano Extraordinário de Suporte à Economia Portuguesa. Trata-se da conversão de garantias do Estado em incentivos a fundo perdido para as PME que mantivessem a atividade económica e garantissem a manutenção do emprego, sem redução da massa salarial. A própria proposta referia que seria financiado por dívida pública. Seria um montante a ser desembolsado ao longo de quatro anos, de 2021 a 2024. Em termos comparativos, só em 2020, cinco Estados-membros da área do Euro alocaram mais de 5% do PIB a medidas orçamentais discricionárias de estímulo à economia. Sempre reconheci que o caminho a adotar na resposta a esta crise teria de ser exigente do ponto de vista orçamental. Mesmo do ponto de vista da sustentabilidade das finanças públicas, é preferível fazer um esforço drástico, mas limitado no tempo, do que sofrer, durante muitos anos, as consequências de mais despesa, com desemprego elevado, e menos receita, dada a degradação da base tributária. Esse caminho, sim, poria em causa, a prazo, a sustentabilidade das finanças públicas e a credibilidade nos mercados.

<p>Ingenium</p> <p>19-04-2021</p>	<p>Periodicidade: Bimestral</p> <p>Classe: Construção/Imobiliário</p> <p>Âmbito: Nacional</p> <p>Página(s): 1,56,57,58,59,60,61</p>
--	---

“A grande prioridade da estratégia de recuperação deverá assentar no reforço de capitais das empresas”

De que forma e para que setores estratégicos deve ser canalizado o forte investimento público que preconiza?

Tenho defendido que a grande prioridade da estratégia de recuperação deverá assentar no reforço de capitais das empresas. Isso passa por incentivos a fundo perdido, mas igualmente por outro tipo de instrumentos. Na resposta à consulta pública ao Plano de Recuperação e Resiliência, a CIP propôs que a canalização de fundos para o reforço da estrutura de capital das empresas deverá ser efetuada por via de operações de “equity” ou “quasi-equity”, por exemplo, ações preferenciais reembolsáveis ou obrigações convertíveis em capital. Esta prioridade, de natureza transversal à generalidade do tecido empresarial, não prejudica o recurso a outros instrumentos, dirigidos a objetivos mais específicos de política industrial. No entanto, a CIP tem alertado para o risco de determinadas medidas, nomeadamente algumas, de perfil ainda pouco definido, previstas no Plano de Recuperação e Resiliência, se tornarem num instrumento de uma política com contornos excessivamente discricionários, de “escolha de vencedores” ao nível nacional, direcionando verbas consideráveis para o apoio a um número limitado de projetos de grande dimensão, em áreas ou setores definidos, *a priori*, como estratégicos. A política industrial que a CIP defende não é a de selecionar vencedores, mas sim uma política pública que corrige os efeitos adversos das falhas de mercado e das falhas do sistema, no que toca à inovação, mudança tecnológica e sistemas de financiamento, ajudando a criar um ambiente de negócios mais favorável ao relançamento industrial e à competitividade das empresas. Neste quadro, importa assegurar que a alocação de verbas a projetos resulta de processos de seleção abertos e transparentes, com critérios de escolha adequados, conhecidos à partida e sujeitos a escrutínio público.

Vários setores de atividade têm criticado a forma como os apoios do Governo têm chegado a conta-gotas às empresas. Considera que o Governo tem repartido equitativamente as ajudas pelos diferentes setores de atividade?

A experiência deste último ano tem demonstrado que a setorialização dos apoios tem vantagens, mas traz também inconvenientes que é preciso acautelar. Embora entendendo as justificações das opções tomadas, noto que as medidas têm deixado de fora muitas empresas que, independentemente do setor a que pertencem, devido ao seu posicionamento no mercado ou a circunstâncias específicas, têm sofrido quebras de faturação de dimensão semelhante às que têm sido objeto destes apoios. Justifica-se, por isso, que se equacionem respostas adequadas, de modo a assegurar equidade nas respostas

às dificuldades das empresas. Quanto ao que tem falhado, em termos de eficácia e celeridade, na chegada dos apoios ao terreno, a CIP tem sido particularmente assertiva na denúncia de inúmeros problemas. Mas reconheço também que muitas medidas se foram adequando, à medida que o Governo foi ouvindo os agentes económicos e se foi apercebendo da realidade.

O tecido empresarial português é constituído, na sua larga maioria, por PME. Que desafios se colocam a estas empresas, sabendo nós que é necessário aumentar os níveis de exportação de bens e serviços de alto valor acrescentado?

Todos os grandes desafios de fundo que as empresas, e em particular as PME, tinham pela frente antes desta crise se mantêm. Alguns assumem mesmo uma nova acuidade. Todos eles têm de ser reequacionados à luz de uma nova realidade. Se o encividamento era já, no rescaldo da crise anterior, um forte constrangimento a um relançamento do investimento, o seu agravamento coloca as empresas numa posição ainda mais fragilizada no momento exigente da recuperação. São por isso necessárias, como já referi, medidas que favoreçam, desde já, o reforço de capitais das empresas. Se o desafio da inovação e da transformação digital e tecnológica impunha já a necessidade de requalificação, ou mesmo reconversão profissional no cenário pré-Covid-19, agora, torna-se ainda mais urgente. A pandemia veio acelerar um processo de transformação de competências que já se vinha a desenhar. Para além de gerar desemprego, esta crise está a sedimentar ainda mais a omnipresença de novas tecnologias na forma como trabalhamos. Vai ser necessário que não se perca o foco nos imperativos do desenvolvimento sustentável, designadamente os da transição energética e da economia circular. Novos equilíbrios vão ser necessários para conciliar sustentabilidade ambiental e competitividade empresarial. O desafio dos mercados globais também se mantêm. Para fazer face a todos estes desafios, é necessário que os recursos de que vamos dispor a partir do próximo ano sejam utilizados com o objetivo de robustecer as empresas, através de instrumentos dirigidos à sua capitalização, do estímulo a fusões e concentrações, de uma forte aposta na formação para qualificar e requalificar os nossos recursos humanos e da sua capacitação para responder às prioridades definidas ao nível europeu em termos de transição climática e transição digital.

Como podem as empresas nacionais ganhar escala para competir nos mercados internacionais?

De facto, a grande fragmentação do tecido empresarial português representa um *handicap*, quando pensamos na dimensão crítica necessária para que uma empresa possa dispor dos recursos indispensáveis à internacionalização. Uma das críticas que fazemos ao Plano de Recuperação e Resiliência é esquecer este fator de vulnerabilidade específico do tecido empresarial português, não só em termos de internacionalização, mas também em termos de capacidade de inovação. Capitalizar a estrutura empresarial é a prioridade das prioridades. Mas para fazer face a este problema específico, é essencial ativar mecanismos financeiros e fiscais que favoreçam um movimento de

Ingenium	Periodicidade: Bimestral
	Classe: Construção/Imobiliário
	Âmbito: Nacional
	Página(s): 1,56,57,58,59,60,61
19-04-2021	

fusões e aquisições de empresas, já que o processo de crescimento orgânico exige demasiado tempo, de que não dispomos se quisermos aproveitar oportunidades que a reorganização das cadeias de valor globais nos proporciona.

Como antecipa a CIP o premente processo de reindustrialização de Portugal?

A crise desencadeada pela pandemia tornou ainda mais evidente que precisamos, na Europa e em Portugal, de uma estratégia capaz de assegurar uma base industrial renovada, mais forte e mais resiliente. Uma base industrial que deve – sobretudo em setores vitais – evitar dependências excessivas que se tornaram, agora, bem visíveis. No entanto, a maior autonomia que se pretende não pode ser alcançada através do fecho da indústria europeia sobre si própria. Muito menos ainda através do fecho da indústria portuguesa sobre si própria. A reindustrialização que defendo precisa, para se concretizar, de mercados externos abertos e dinâmicos, onde as empresas portuguesas possam provar o seu dinamismo e as suas vantagens competitivas. Embora seja sempre relevante, há já muito tempo que o custo da mão-de-obra deixou de se encontrar entre os principais fatores que determinam essas vantagens competitivas. A estratégia industrial de que precisamos deverá, pois, acelerar o ressurgimento do protagonismo da indústria como setor apto a competir numa economia mundial altamente concorrencial, com empresas inseridas em cadeias de valor globais e que participem na revolução industrial que está já a ocorrer. Não consiste, por isso, num mero retorno à indústria, mas na renovação de um tecido industrial capaz de enfrentar novos desafios. Assim, é preciso aprofundar e dar conteúdo prático a uma política orientada para a produção de bens e serviços transacionáveis, alinhada com as tecnologias e tendências que vão formatar o futuro e com um particular enfoque na qualificação e reconversão profissional. Uma política que não deverá ser a de selecionar vencedores, mas, sobretudo, uma política que coloque a competitividade industrial como preocupação transversal em toda a intervenção do Estado na economia.

De acordo com a Comissão Europeia, a economia portuguesa deverá recuperar em 2021 e 2022, com o PIB a crescer a taxas de 4,1% e 4,3%, respetivamente, depois de ter recuado 7,6% em 2020. Considera estes números “animadores”?

Não diria que são animadores, na medida em que significam que precisaremos de quase dois anos para alcançar o nível de produção anterior à eclosão desta crise. Não leio, contudo, estas ou outras projeções com uma visão fatalista ou determinística do que se vai passar. Faço-o como uma base de análise para definir o que devemos fazer para mudar a realidade.

E qual é a responsabilidade das empresas neste processo de recuperação?

Quanto à responsabilidade das empresas na recuperação, diria que são elas que, pela produção de riqueza e pela geração de emprego, a vão tornar realidade. A este respeito, gostaria de realçar, apesar das perspetivas sombrias para os próximos meses, a atitude positiva das empresas face ao futuro, revelada pelos

resultados dos últimos inquéritos levados a cabo pela CIP, com a sua estrutura associativa, em parceria com o Marketing Future-Cast Lab do ISCTE: 85% das respostas indicaram a intenção de manter, ou mesmo aumentar, os recursos humanos, 54% indicaram a intenção de manter, ou mesmo aumentar, o investimento, em 2021, face a 2019. Esta postura proativa das empresas contrasta com a visão de que o esforço deve ser exercido no investimento público, em detrimento do estímulo ao investimento privado por, supostamente, não se poder pedir ao setor privado que invista mais, numa conjuntura negativa. A este argumento, é preciso responder que qualquer estratégia de recuperação económica só terá sucesso com base no investimento empresarial, devendo, por isso, acionar os instrumentos de política que criem condições propícias a esse investimento. Mais do que uma vez, as empresas deram provas da sua resiliência em situações adversas. Ao invés de a menosprezar, é preciso potenciar essa resiliência através de uma política económica adequada.

“A presença do Ministro da Economia na Concertação Social é absolutamente indispensável, na medida em que a criação de uma dinâmica para vencer a crise passa pelas empresas e pelas condições que lhes forem dadas”

Ter o Ministro da Economia em sede de Concertação Social tem sido uma boa aposta?

Mais do que uma boa aposta, a presença do Ministro da Economia na Concertação Social é absolutamente indispensável, na medida em que a criação de uma dinâmica para vencer a crise passa pelas empresas e pelas condições que lhes forem dadas. Para alcançar este objetivo, vai ser necessário criar um ambiente regulatório favorável ao relançar da atividade económica, com maior flexibilidade, por forma a que possam ajustar as suas atividades à volubilidade das circunstâncias e satisfazer todas as oportunidades que surjam no mercado, contendo assim a escalada do desemprego. Cremos que o Ministro da Economia, pelo cargo que ocupa e pela sensibilidade que tem relativamente aos problemas do tecido empresarial, se encontra numa situação privilegiada para acolher as preocupações das empresas e responder-lhes com soluções realistas e adequadas.

Ingenium

19-04-2021

Periodicidade: **Bimestral**Classe: **Construção/Imobiliário**Âmbito: **Nacional**Pagina(s): **1,56,57,58,59,60,61**

O Governo tem respeitado as “regras” da Concertação Social?

No domínio da Comissão Permanente de Concertação Social, uma prática que contém virtualidades de inegável alcance, tem conhecido, ultimamente, com particular evidência a partir do início da pandemia, algum menosprezo. Tal prática consistia em o Governo apresentar aos parceiros sociais ideias-base nas matérias em que se preparava para intervir, construindo com eles as soluções que as materializavam. Os parceiros sociais não ficavam limitados a dar parecer sobre soluções já desenhadas, antes eram agentes nesse desenho, encontrando pontos de consenso e, assim, equilíbrios que davam a essas soluções maior realismo e eficácia. Mais recentemente, temos assistido, de forma recorrente, à apresentação pelo Governo de medidas, cuja sede natural é a Comissão Permanente de Concertação Social, noutros fóruns e locais que não a Concertação Social. Tais medidas são, com alguma frequência, levadas à Concertação Social como factos consumados. Esta situação terá que ser revista no futuro, designadamente com vista à celebração de um Pacto Social para o Crescimento, o qual, como temos defendido, deve constituir um compromisso a assumir em sede de Concertação Social.

Ainda sobre a Concertação, e relativamente à manutenção dos postos de trabalho, que identifica como o grande objetivo do momento, tem recebido, dos sindicatos, a resposta que esperava?

A CIP tem defendido, desde que foi decretada a primeira situação de Estado de Emergência, em março de 2020, que é necessário implementar um plano extraordinário de suporte à economia em virtude dos danos causados pela pandemia de Covid-19. Tal plano tem de prever mecanismos para que as empresas possam retomar a atividade logo que possível e, assim, garantir a manutenção dos postos de trabalho. O que se torna absolutamente vital é que as empresas consigam ultrapassar esta crise, resolvendo problemas de liquidez de forma atempada, e retomem a atividade, sem custos insuperáveis. Ou seja, entendemos que se impõe apoiar a atividade económica e a manutenção do emprego, ao invés de se financiar o desemprego, que se tornaria consequência incontornável numa dinâmica de falências. Tudo isto também passa pela racionalização dos recursos, ajustando-os às flutuações de atividade. Ora, os sindicatos não parecem estar muito sensíveis a este quadro.

O Governo espera entregar brevemente à Comissão Europeia a versão final do Plano de Recuperação e Resiliência, não antecipando dificuldades na negociação com Bruxelas. Nas palavras de António Costa, “há um grande consenso nacional relativamente àquilo que é prioritário”. Concorda com as prioridades estabelecidas pelo Executivo?

Se existe um grande consenso nacional relativamente àquilo que é prioritário, não é claro o consenso quanto à forma de responder, em concreto, a essas prioridades. Nessa resposta, o Plano de Recuperação e Resiliência deve ser analisado em conjunto e integrado com outros instrumentos de política económica e fontes de financiamento, nomeadamente os fundos es-

Ingenium

19-04-2021

Periodicidade: **Bimestral**Classe: **Construção/Imobiliário**Âmbito: **Nacional**Pagina(s): **1,56,57,58,59,60,61**

TEMA DE CAPA REINDUSTRIALIZAÇÃO | DESIGN NACIONAL ENTREVISTA

truturais do novo ciclo da política de coesão. Acontece que não são conhecidos os critérios que determinam quais os investimentos a ser financiados por recurso ao Plano de Recuperação e Resiliência e quais os que virão a ser financiados por recurso a outros instrumentos. O pouco que é conhecido sobre o que virão a constituir o Acordo de Parceria e os respetivos Programas Operacionais não esclarece minimamente esta questão, nem permite vislumbrar qual a prioridade que neles será concedida, em termos de verbas alocadas, à competitividade empresarial. O que pode desde já ser constatado é que a alocação de verbas no Plano de Recuperação e Resiliência não reflete a prioridade que deve ser concedida às empresas no processo de recuperação da economia portuguesa.

“Não é concebível um processo de recuperação e crescimento da economia que não assente nas exportações e no aumento do seu peso na economia”

Retomar o caminho das exportações, que estava a ser seguido, é uma obrigação ou uma necessidade?

Obrigação e necessidade, sim. Não é concebível um processo de recuperação e crescimento da economia que não assente nas exportações e no aumento do seu peso na economia. As exportações foram, na primeira fase da crise desencadeada pela pandemia, a componente do PIB que sofreu uma maior queda. Enquanto a procura interna se reduziu em 12% no segundo trimestre, as exportações caíram quase 40%. Ao contrário das exportações de serviços, onde o turismo tem um peso preponderante, as exportações de bens registaram, logo a partir de maio, sinais de recuperação, tendo mesmo alcançado, em setembro, valores observados um ano antes. Voltaram depois a cair, é certo, sob o impacto do regresso ao confinamento de muitos países europeus, mas a capacidade de recuperação que demonstraram em apenas quatro meses é, sem dúvida, sinal de esperança e motivo de confiança na capacidade das empresas exportadoras. Infelizmente, as perspetivas dos exportadores para os próximos meses regrediram substancialmente. Tudo isto justificaria uma forte atenção do Governo para com o setor exportador.

Essa “atenção” não tem sido suficiente?

As medidas que foram postas no terreno, nomeadamente a linha de crédito para a indústria exportadora, foram um passo importante, sobretudo se tivermos em conta a possibilidade de conversão de 20% do crédito concedido em subsídio a fundo perdido. O Governo, embora tardiamente, vai-se

aproximando do que tem sido defendido pelas empresas. No entanto, essas linhas de crédito foram esgotadas, requerendo agora que se proceda ao seu reforço. Além disso, persistem entraves à atividade exportadora que já há muito podiam ter sido resolvidos. Um desses entraves é o que se passa relativamente aos seguros de crédito, vitais para o setor exportador e para todas as empresas a ele ligadas.

Considera que o OE2021 garante as medidas necessárias ao nível de incentivos fiscais, capitalização das empresas e formação profissional de gestores e quadros? Deveria o OE2021 contemplar a descida do IRC, uma das bandeiras da CIP?

O OE 2021 está, obviamente, ultrapassado pela evolução da economia. A segunda e terceira vaga da pandemia e o seu impacto na economia não estavam previstos. Foi um Orçamento elaborado sob pressupostos que depressa foram desmentidos pela realidade. Isto não é uma crítica, é uma constatação. Uma das críticas que a CIP formulou foi precisamente o Governo ter mantido a sua resistência em acionar a política fiscal no impulso à economia. Não esperava que o Governo contemplasse uma descida transversal do IRC, embora continue a acreditar na bondade dessa medida. Esperava, no entanto, pelo menos, uma medida que, aliás, constava da “Visão Estratégica” do Professor António Costa Silva: a possibilidade de dedução dos prejuízos fiscais gerados em 2020 e 2021 aos lucros já apurados nos últimos exercícios financeiros. Mas nem mesmo esta medida foi acolhida: uma medida neutra, a médio prazo, ao nível das finanças públicas, testada e adotada com sucesso em muitos países europeus.

Está no seu último mandato enquanto Presidente da CIP. O que mais o marcou enquanto “Patrão dos Patrões” ao longo destes anos de diálogo, discussão e negociação?

Aquilo que mais me marcou pela positiva foi o ter participado nas soluções que, em sede de Concertação Social e valorizando o diálogo social, se obtiveram quer no período da *Troika* quer agora mais recentemente na crise pandémica da Covid-19. Marcou-me ainda positivamente o conjunto de informação, dos vários setores de atividade, que o cargo de Presidente da CIP nos permite ter.

O que fica por fazer?

Aquilo que seguramente vai ficar por fazer será a unificação do movimento associativo empresarial numa Confederação, à semelhança do que existe noutros países.

Como avalia o trabalho desempenhado pela Ordem dos Engenheiros enquanto Associação Profissional representativa dos engenheiros nacionais?

A Ordem dos Engenheiros impôs-se, desde sempre, como uma realidade incontornável na vida nacional, quer pelo seu trabalho em prol da qualidade da Engenharia em Portugal, quer pela sua capacidade de intervir nas grandes questões nacionais onde a Engenharia assume um papel relevante. |